

PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL NA PERINATALIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

Francinete Costa Boaes¹, Raquel Ferreira Ribeiro²,
Nalleney Perpétua dos Santos Marinho³, Kauany Letícia de Lima Hipólito⁴,
Joelmara Furtado dos Santos Oliveira⁵, Mayra Sharlenne Moraes Araújo⁶

Resumo: A saúde mental perinatal representa importante desafio para a saúde pública devido aos impactos do sofrimento psíquico materno sobre a mulher, o bebê e o contexto familiar. O período perinatal envolve mudanças físicas, hormonais, emocionais e sociais que aumentam a vulnerabilidade ao desenvolvimento de transtornos mentais, como ansiedade e depressão. Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde (APS) e os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) exercem papel fundamental na identificação precoce de sinais de sofrimento emocional e na promoção do cuidado integral. O presente estudo tem como objetivo relatar a experiência de uma ação educativa sobre saúde mental na perinatalidade realizada com ACS da Unidade Básica de Saúde Santa Luzia, no município de Pinheiro-MA. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, desenvolvido por discentes do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão, extensionistas do projeto “Saúde Mental na Perinatalidade”.

-
- 1 Acadêmica do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão - UFMA; integrante do projeto de extensão Saúde mental na Perinatalidade. Email: francinete.costa@discente.ufma.br
 - 2 Acadêmica do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Email: ribeiro.raquel@discente.ufma.br
 - 3 Acadêmica do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Email: nalleney.marinho@discente.ufma.br
 - 4 Acadêmica do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Email: kauany.hipolito@discente.ufma.br
 - 5 Doutora em Saúde Coletiva; Professora Adjunta da Coord. de Enfermagem/CCPI Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Email: joelmara.furtado@ufma.br
 - 6 Doutora em Saúde Coletiva; Professora Adjunta do Departamento de Enfermagem - UFMA Campus Pinheiro. Email: Mayra.sharlenne@ufma.br

A atividade ocorreu em julho de 2025, com a participação de 12 ACS, utilizando abordagem expositiva e dialogada, folders informativos e dinâmica participativa intitulada “Rede de Conexões”. Durante a ação, observou-se participação ativa dos profissionais, além do compartilhamento de experiências relacionadas às dificuldades enfrentadas no acompanhamento de gestantes e puérperas em sofrimento emocional. A experiência evidenciou a importância das ações educativas para qualificação dos ACS, fortalecimento das práticas de acolhimento e ampliação do reconhecimento precoce do sofrimento psíquico materno na APS.

Palavras-chave: saúde mental perinatal; atenção primária à saúde; agente comunitário de saúde; educação em saúde; saúde materna.

PROMOCIÓN DE LA SALUD MENTAL EM LA PERINATALIDAD: INFORME DE EXPERIENCIA COM AGENTES COMUNITARIOS DE SALUD

Resumen: La salud mental perinatal representa un importante desafío para la salud pública debido a los impactos del sufrimiento psíquico materno sobre la mujer, el bebé y el contexto familiar. El período perinatal implica cambios físicos, hormonales, emocionales y sociales que aumentan la vulnerabilidad al desarrollo de trastornos mentales, como la ansiedad y la depresión. En este contexto, la Atención Primaria de Salud (APS) y los Agentes Comunitarios de Salud (ACS) desempeñan un papel fundamental en la identificación temprana de signos de sufrimiento emocional y en la promoción de la atención integral. El presente estudio tiene como objetivo relatar la experiencia de una acción educativa sobre salud mental en la perinatalidad realizada con ACS de la Unidad Básica de Salud Santa Luzia, en el municipio de Pinheiro-MA. Se trata de un estudio descriptivo, del tipo informe de experiencia, desarrollado por estudiantes del curso de Enfermería de la Universidad Federal de Maranhão, extensionistas del proyecto “Salud Mental en la Perinatalidad”. La actividad tuvo lugar en julio de 2025, con la participación de 12 ACS, utilizando un enfoque expositivo y dialogado, carpetas informativas y dinámica participativa titulada “Red de Conexiones”. Durante la acción, se observó la participación activa de los profesionales, además del intercambio de experiencias relacionadas con las dificultades enfrentadas en el seguimiento de mujeres embarazadas y puérperas en sufrimiento emocional. La experiencia evidenció la importancia de las acciones educativas para la calificación de los ACS, el fortalecimiento de las prácticas de acogida y la ampliación del reconocimiento temprano del sufrimiento psíquico materno en la APS.

Palavras clave: salud mental perinatal; atención primaria de salud; agente comunitario de salud; educación En salud; salud materna.

1 INTRODUÇÃO

A saúde mental na perinatalidade tem se tornado uma temática cada vez mais relevante no campo da saúde pública, especialmente devido aos impactos que o sofrimento psíquico materno pode ocasionar na mulher, no bebê e no contexto familiar (Brasil, 2017). O período perinatal compreende a gestação, o parto e o primeiro ano de vida da criança, sendo marcado por intensas

alterações hormonais, físicas, emocionais e sociais que podem aumentar a vulnerabilidade da mulher ao desenvolvimento de transtornos mentais, como ansiedade, depressão gestacional e depressão pós-parto (Organização Mundial da Saúde, 2022).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), aproximadamente uma em cada cinco mulheres apresenta algum transtorno mental durante o período perinatal, principalmente em países de baixa e média renda, onde fatores socioeconômicos, ausência de rede de apoio e dificuldades de acesso aos serviços de saúde contribuem para o agravamento do sofrimento emocional (OMS, 2022). Além disso, condições como violência doméstica, sobrecarga materna, insegurança financeira e isolamento social podem potencializar o adoecimento psíquico nesse período (Grillo, 2024).

Os transtornos mentais perinatais podem provocar repercussões significativas na qualidade de vida materna, no estabelecimento do vínculo mãe-bebê, na amamentação e no desenvolvimento neuropsicomotor infantil (Sousa *et al.*, 2025). Dessa forma, a identificação precoce dos sinais de sofrimento emocional e a implementação de estratégias de acolhimento e cuidado tornam-se fundamentais para a promoção da saúde integral da mulher e da criança (Brasil, 2017).

Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha papel essencial na promoção da saúde mental perinatal, por constituir a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e favorecer o acompanhamento contínuo das gestantes e puérperas (Brasil, 2017). Entre os profissionais inseridos nesse cenário, destaca-se o Agente Comunitário de Saúde (ACS), cuja atuação no território possibilita maior proximidade com as famílias, fortalecimento de vínculos e reconhecimento precoce de situações de vulnerabilidade social e emocional (Morosini; Fonseca, 2018).

O ACS exerce função estratégica na identificação de fatores de risco relacionados ao sofrimento psíquico materno, como histórico de transtornos mentais, ausência de suporte familiar, dificuldades na maternidade e situações de violência (Brasil, 2017). Além disso, esses profissionais contribuem para ações de educação em saúde, escuta qualificada, orientação e encaminhamento das usuárias aos serviços especializados quando necessário (Grillo, 2024).

Apesar da importância desse acompanhamento, observa-se que a saúde mental perinatal ainda é pouco discutida no cotidiano dos serviços da Atenção Primária, havendo lacunas relacionadas à capacitação dos profissionais para identificação e manejo inicial do sofrimento emocional durante a gestação e o puerpério (Sousa *et al.*, 2025). Dessa maneira, ações educativas voltadas aos ACS tornam-se ferramentas importantes para fortalecer o cuidado humanizado e ampliar a promoção da saúde mental no território (Brasil, 2017).

Além disso, estudos apontam que a ausência de acompanhamento adequado em saúde mental durante a perinatalidade pode contribuir para

desfechos negativos tanto para a mãe quanto para o bebê, incluindo dificuldades no vínculo afetivo, interrupção precoce da amamentação, sofrimento familiar e agravamento de transtornos psíquicos já existentes (OMS, 2022). Dessa forma, a atuação preventiva da Atenção Primária à Saúde mostra-se essencial para minimizar situações de vulnerabilidade e promover assistência contínua às mulheres acompanhadas no território (Sousa *et al.*, 2025).

Nesse sentido, destaca-se a relevância das ações de educação em saúde voltadas aos profissionais da APS, especialmente aos Agentes Comunitários de Saúde, devido ao contato direto e frequente desses trabalhadores com as famílias durante as visitas domiciliares. A capacitação dos ACS pode favorecer práticas de cuidado mais acolhedoras e contribuir para o reconhecimento precoce das demandas emocionais das gestantes e puérperas (Morosini; Fonseca, 2018).

No estado do Maranhão, os desafios relacionados à saúde mental materna tornam-se ainda mais evidentes devido às desigualdades sociais, limitações no acesso aos serviços especializados e dificuldades estruturais presentes em parte dos municípios do interior (Brasil, 2022). Em muitas localidades, a Atenção Primária à Saúde representa o principal ponto de acesso das gestantes e puérperas aos serviços de saúde, tornando indispensável o fortalecimento das ações de promoção, prevenção e cuidado em saúde mental no território (Brasil, 2017). Além disso, fatores como vulnerabilidade socioeconômica, baixa escolaridade, insegurança alimentar e fragilidade das redes de apoio familiar podem aumentar o risco de sofrimento psíquico durante o período perinatal (OMS, 2022).

Nesse cenário, a APS enfrenta importantes desafios relacionados à identificação precoce e ao acompanhamento das demandas em saúde mental, especialmente devido à sobrecarga dos serviços, à escassez de capacitações específicas e à dificuldade de acesso aos serviços especializados da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) (Morosini; Fonseca, 2018). Estudos apontam que muitos profissionais da Atenção Primária, incluindo os ACS, ainda apresentam insegurança e limitações no manejo inicial das demandas relacionadas ao sofrimento psíquico, evidenciando fragilidades na formação e na educação permanente em saúde mental.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo relatar a experiência de uma ação educativa realizada com Agentes Comunitários de Saúde da Unidade Básica de Saúde Santa Luzia, no município de Pinheiro-MA, acerca da promoção da saúde mental na perinatalidade, enfatizando a importância do acolhimento, da identificação precoce do sofrimento psíquico e do cuidado integral às gestantes e puérperas.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado a partir de uma ação educativa desenvolvida com Agentes Comunitários

de Saúde (ACS) da Unidade Básica de Saúde Santa Luzia, localizada no município de Pinheiro-MA. A atividade foi realizada por discentes do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão, extensionistas do projeto de extensão “Saúde Mental na Perinatalidade”, com enfoque na promoção da saúde mental e na qualificação do cuidado ofertado às gestantes e puérperas acompanhadas pela Atenção Primária à Saúde (APS).

A ação educativa ocorreu no dia 04 de julho de 2025, durante encontro previamente organizado junto à equipe da unidade, contando com a participação de 12 Agentes Comunitários de Saúde atuantes no território adscrito da UBS. O momento teve duração aproximada de duas horas e ocorreu em espaço coletivo da unidade, favorecendo a interação entre os participantes e o compartilhamento de experiências relacionadas ao acompanhamento das famílias no território.

A atividade foi estruturada de forma expositiva e dialogada, utilizando linguagem acessível, folders informativos, dinâmica participativa e discussão de situações presentes na rotina dos profissionais. Foram abordados temas relacionados ao conceito de saúde mental perinatal, principais transtornos mentais que podem acometer gestantes e puérperas, fatores de risco, sinais de alerta, importância da escuta qualificada e estratégias de acolhimento e encaminhamento na rede de atenção à saúde (Brasil, 2017).

Por se tratar de um relato de experiência, não houve coleta de dados com finalidade de pesquisa envolvendo seres humanos, sendo descritas as vivências e percepções observadas durante a realização da atividade educativa, respeitando os princípios éticos relacionados à confidencialidade e ao anonimato dos participantes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como estratégia de integração e sensibilização dos participantes, foi realizada a dinâmica intitulada “Rede de Conexões”, utilizando uma bola de fio de lã, com os participantes organizados em círculo. Inicialmente, uma pessoa segurava a ponta do fio, se apresentava ou compartilhava uma palavra, sentimento, expectativa ou experiência relacionada ao momento vivenciado e, em seguida, lançava a bola para outro participante, sem soltar a extremidade do fio. O processo ocorreu sucessivamente até que todos participassem, formando uma estrutura semelhante a uma teia de aranha.

A dinâmica favoreceu a interação entre os participantes, fortalecendo a comunicação, os vínculos e o sentimento de pertencimento ao grupo. Ao final da atividade, foi realizada uma reflexão coletiva sobre a importância da colaboração, da escuta e da interdependência entre os indivíduos, evidenciando que as ações de cada participante influenciam diretamente o coletivo e contribuem para o fortalecimento da rede de apoio e do trabalho em equipe.

Além disso, discutiu-se o papel do Agente Comunitário de Saúde na identificação precoce de situações de sofrimento emocional, considerando sua proximidade com as famílias e sua atuação contínua no território. Durante o encontro, os participantes compartilharam vivências relacionadas às dificuldades enfrentadas no acompanhamento de mulheres em situação de vulnerabilidade emocional, destacando desafios como resistência familiar, ausência de suporte social e limitação do acesso aos serviços especializados de saúde mental (Morosini; Fonseca, 2018).

Além das dificuldades relacionadas ao acesso aos serviços especializados de saúde mental, os ACS relataram insegurança quanto à identificação de sinais de sofrimento psíquico durante as visitas domiciliares, especialmente em situações nas quais as gestantes e puérperas apresentavam resistência em falar sobre questões emocionais. Esse achado corrobora estudos que evidenciam fragilidades na formação e na capacitação dos profissionais da Atenção Primária para o manejo inicial das demandas relacionadas à saúde mental (Samudio *et al.*, 2017; Morosini; Fonseca, 2018). Estudos mais recentes também apontam que a capacitação dos ACS pode ampliar a identificação de situações de sofrimento psíquico, embora permaneçam desafios relacionados à formação continuada e à articulação entre a Atenção Primária e os serviços especializados de saúde mental (Merss., 2025).

Os profissionais também evidenciaram desafios relacionados à vulnerabilidade social presente no território, como situações de violência doméstica, fragilidade dos vínculos familiares, dificuldades financeiras e ausência de rede de apoio, fatores que interferem diretamente na saúde mental das mulheres acompanhadas pela equipe de saúde. Além disso, foram mencionadas limitações relacionadas à sobrecarga de trabalho e à escassez de capacitações específicas sobre saúde mental perinatal, o que pode comprometer a segurança dos ACS durante a abordagem e o encaminhamento dessas demandas (Morosini; Fonseca, 2018). Nesse sentido, estudos sobre a atuação dos ACS em saúde mental destacam que as dificuldades relacionadas à formação e à capacitação podem constituir obstáculos para o desenvolvimento de ações de cuidado em saúde mental na Atenção Primária (Samudio *et al.*, 2017; Cordeiro; Mendes; Liberman, 2020).

A partir das discussões realizadas durante a atividade, observou-se que muitos ACS reconhecem a importância do acolhimento e da escuta qualificada, porém ainda se sentem pouco preparados para lidar com situações de sofrimento emocional mais intenso. Nesse sentido, a experiência evidenciou a necessidade de fortalecimento das ações de educação permanente em saúde, bem como da ampliação do suporte oferecido pelas equipes multiprofissionais e pelos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), visando garantir acompanhamento integral e humanizado às gestantes e puérperas em sofrimento psíquico. Essa necessidade também é evidenciada por estudos que apontam a educação permanente como estratégia importante para qualificar

a atuação dos ACS em saúde mental e ampliar sua segurança para o manejo dessas demandas (Medeiros; Medeiros; Pinto, 2020; Cordeiro; Mendes; Liberman, 2020).

A ação educativa também favoreceu um espaço de troca de experiências entre os participantes, permitindo que os ACS compartilhassem situações vivenciadas no cotidiano das visitas domiciliares e refletissem coletivamente sobre estratégias de cuidado mais humanizadas. Esse momento contribuiu para fortalecer o vínculo entre os profissionais e estimular uma visão mais sensível acerca das demandas emocionais apresentadas pelas gestantes e puérperas acompanhadas no território.

Observou-se ainda que a utilização de linguagem acessível, dinâmica participativa e recursos educativos facilitou a compreensão dos conteúdos abordados e incentivou a participação ativa dos ACS durante toda a atividade. A dinâmica “Rede de Conexões” mostrou-se importante para promover integração, acolhimento e fortalecimento do trabalho em equipe, evidenciando a importância da colaboração entre os profissionais na construção de uma rede de apoio voltada à saúde mental materna.

Ademais, a experiência possibilitou aos discentes extensionistas maior aproximação com a realidade da Atenção Primária à Saúde, favorecendo o desenvolvimento de habilidades relacionadas à educação em saúde, comunicação e escuta qualificada. A vivência também reforçou a importância da extensão universitária como estratégia de integração entre universidade, serviços de saúde e comunidade, contribuindo para a formação acadêmica e para o fortalecimento das práticas de cuidado em saúde mental no território.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato de experiência evidenciou a importância das ações educativas voltadas à saúde mental na perinatalidade no contexto da Atenção Primária à Saúde, especialmente na qualificação do trabalho desenvolvido pelos Agentes Comunitários de Saúde. A atividade contribuiu para ampliar o conhecimento dos ACS acerca da identificação precoce do sofrimento psíquico materno, além de fortalecer práticas de acolhimento, escuta qualificada e cuidado humanizado às gestantes e puérperas (Brasil, 2017).

A experiência também permitiu identificar desafios enfrentados pelos profissionais no acompanhamento das demandas relacionadas à saúde mental perinatal, como dificuldades na abordagem das usuárias, limitações no acesso aos serviços especializados e necessidade de maior capacitação sobre a temática (Morosini; Fonseca, 2018). Nesse sentido, destaca-se a relevância da educação permanente em saúde como estratégia para fortalecer a assistência ofertada na APS e qualificar o cuidado integral às mulheres durante o período perinatal.

Por fim, conclui-se que ações educativas como esta podem contribuir para o fortalecimento das ações de promoção da saúde mental materna no

território, favorecendo a prevenção de agravos psicológicos e a ampliação do suporte ofertado às gestantes, puérperas e suas famílias. Além disso, a experiência poderá subsidiar futuras ações extensionistas e educativas na Atenção Primária à Saúde, incentivando o desenvolvimento de estratégias de cuidado mais sensíveis, acolhedoras e resolutivas no cuidado à saúde mental perinatal (Alcantara *et al.*, 2020).

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, K. D. *et al.*. Contribuições de Agentes Comunitários de Saúde para a construção do perfil de usuários da Atenção Básica com necessidades de saúde mental. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 28, n. 4, p. 599–608, out. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/V67RJJb75RJgSFQqsHkKQ8t/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 maio 2026.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União: seção 1, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 05 maio 2026.
- CORDEIRO, P. R.; MENDES, R.; LIBERMAN, F.. Educação Permanente em Saúde: experiências inovadoras em saúde mental na Atenção Básica à Saúde. **Saúde em Debate**, v. 44, n. spe3, p. 210–222, out. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/JFmxbNtYhH7fQBzgyDrmFfN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2026.
- GONÇALVES DE MEDEIROS, B.; DE SOUZA BATISTA MEDEIROS, N.; ROCHA PINTO, T. Educação permanente em saúde mental: o suicídio na agenda do cuidado dos Agentes Comunitários de Saúde. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 1–15, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/3833. Acesso em: 19 set. 2026.
- GRILLO, M. F. R. *et al.*. **Análise de fatores associados à saúde mental em gestantes e puérperas no Brasil: Uma revisão da literatura**. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 73, n. 2, p. e20230098, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/zrMGGVltD6PVSbZTDtBqx5t/?lang=pt>. Acesso em: 05 maio 2026.
- MERSS, C. E. *et al.*. Rastreamento em Saúde Mental pelos Agentes Comunitários de Saúde: percepções coletivas e partilha de experiências – um estudo piloto. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 29, p. e250317, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/LNDmWFHDWCKTpqdssbCkzWt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 set. 2026.
- MOROSINI, M. V.; FONSECA, A. F.. Os agentes comunitários na Atenção Primária à Saúde no Brasil: inventário de conquistas e desafios. **Saúde em Debate**, v. 42, n. spe1, p. 261–274, set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/CtVJJm7MRgkGKjTRnSd9mxG/?lang=pt#>. Acesso em: 05 maio 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). WHO **guide for integration of perinatal mental health in maternal and child health services**. Geneva: WHO, 2022. Disponível em: <https://iris.who.int/server/api/core/bitstreams/63b2d474-202f-45d8-84fa-e80762ec86cc/content>. Acesso em: 25 maio 2026.

SAMUDIO, Jania Lurdes Pires; BRANT, Letícia Carneiro; MARTINS, Ana Clara de Freitas Dias Costa; VIEIRA, Maria Aparecida; SAMPAIO, Cristina Andrade. Agentes comunitários de saúde na atenção primária no Brasil: multiplicidade de atividades e fragilização da formação. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, 2022. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00075. Disponível em: <https://www.tes.epsv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/1107>. Acesso em: 17 set. 2026.

SOUSA, C. T. N. de; SOARES, A.; SANTOS, D. M.; AMARAL, J. F. do; PEREIRA, J. B.; COSTA, A. W. S. da; BARBOSA, E. C.; QUEIROZ XAVIER, B. L. de. A Importância do Pré-natal Psicológico na Prevenção da Depressão Pós-parto: Uma Revisão Integrativa de Literatura. **Saúde Coletiva (Barueri)**, [S. l.], v. 15, n. 94, p. 15271–15282, 2025. DOI: 10.36489/saudecoletiva.2025v15i94p15271-15282. Disponível em: <https://revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/3386>. Acesso em: 26 maio. 2026.

SOUSA, G. de A.; BRITO, M. D. P.; SILVA, G. F. e; LUCENA, G. L. de; SOUSA, Y. S.; FONSECA, T. de S. A.; SILVA, J. C. G. da; MARTINS, T. M. M. OS IMPACTOS DA DEPRESSÃO PÓS-PARTO NO VÍNCULO MÃE-BÊBÊ. **REVISTA FOCO**, [S. l.], v. 18, n. 6, p. e8748, 2025. DOI: 10.54751/revistafoco.v18n6-105. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/8748>. Acesso em: 25 maio. 2026.